

247 Subsídios para a implementação de um centro de aperfeiçoamento e inovações pedagógicas

Joyce Mary Adam de Paula e Silva
 Instituto de Biociências de Rio Claro
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
 Processo 1998/15513-1
 Vigência: 1/11/1999 a 31/12/2002

O presente pré-projeto teve como ponto de partida um trabalho conjunto da Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro e do Departamento de Educação do Instituto de Biociências da Unesp em Rio Claro, no ano de 1997. O trabalho desenvolvido tinha como principal objetivo um início de discussão, junto aos professores da rede municipal, a respeito da organização das escolas e das práticas pedagógicas nelas desenvolvidas. A Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro vem desenvolvendo simultaneamente o processo de criação de uma rede própria, municipalizada, de ensino fundamental, e de organização do CAP, Centro de Aperfeiçoamento Pedagógico, criado pela lei orgânica do município em seu artigo 262. Assim, a secretaria tem procurado o Departamento de Educação da Unesp para um trabalho conjunto, de modo que este contribua por meio de pesquisas relacionadas tanto à organização da escola como a inovações pedagógicas. Atualmente, a prefeitura de Rio Claro conta com 28 unidades de educação infantil, atendendo a 6000 alunos nessa fase do ensino; 2 escolas de ensino fundamental, atendendo a 1200 alunos, com previsão de criação de mais uma escola nesse nível no ano de 1999. Além desses níveis de ensino, a rede municipal de educação de Rio Claro atende a jovens e adultos. Tendo em vista o exposto, o projeto de pesquisa que está sendo proposto refere-se a uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro em contribuição à implantação do CAP, por meio de uma pesquisa envolvendo professores do Departamento de Educação da Unesp de Rio Claro e profissionais da Secretaria de Educação.

248 Diversidade e exclusão: conhecendo melhor quem as vivencia e construindo alternativas de inclusão

Lisete Regina Gomes Arelaro
 Faculdade de Educação
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 1998/15511-9
 Vigência: 1/11/1999 a 31/12/2002

A educação especial, enquanto integrante do sistema educacional, necessita, urgentemente, repensar suas políticas e práticas, inserindo-se no movimento de uma educação pública de qualidade. Os poderes públicos têm

primado pela subvenção às entidades filantrópicas assistenciais, seja por não possuírem estrutura própria em suas redes para atender as diferentes necessidades dos portadores de deficiências, seja por considerarem que seu papel é o fornecimento do atendimento 'em si', entendido como número de vagas, desvinculando-se de uma proposta político-pedagógica que viabilize a educação de qualidade dessas crianças, jovens e adultos. A cidade de Campinas também se enquadra nesta situação: 80% de seu atendimento aos portadores de necessidades especiais é feito por entidades assistenciais e filantrópicas, e os outros 20%, por meio de classes e serviços da rede pública de ensino. Planejar ações no campo das políticas sociais, para parcelas da população que vivem à margem do processo cultural e produtivo da sociedade, pressupõe pesquisas e projetos de intervenção que explicitem o conflito da relação entre os sujeitos, como espaço e possibilidade para "aprendizagens". Significa, portanto, a construção de alternativas de ações em que a discriminação, a massificação, os desvios, considerados como características negativas, e as diferenças, consideradas como ameaças, dêem lugar a processos de democratização, de promoção de identidades e das diferenças, como parte das singularidades pessoais. A proposta deste projeto é construir um documentário, com as pessoas que se utilizam de algum tipo de 'educação especial', deficientes e autistas, com os profissionais da educação que trabalhem na rede pública e com os profissionais de entidades assistenciais e filantrópicas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Campinas, que problematize esta condição: da diversidade, da exclusão e da 'ciência' de se viver o cotidiano em situações 'especiais'.

249 Projeto pedagógico para a reformulação do ensino médio (promedio)

Luís Carlos de Menezes
 Instituto de Física
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 1998/15509-4
 Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

O que se pretende é elaborar e implementar um projeto pedagógico da escola que, atendendo à nova feição do ensino médio preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), realize uma educação básica em escolas do nível médio que constitua uma efetiva formação para a cidadania e para o aprendizado permanente na vida em sociedade e no mundo do trabalho. Os especialistas da Universidade de São Paulo, os diretores, coordenadores e professores das escolas que se voluntariarem para o projeto, assim como representantes de pais de alunos e da comunidade do entorno escolar, trabalharão em conjunto desde o início da fase de pré-projeto, para conceber e preparar uma atuação concen-

trada de toda a unidade escolar em torno do projeto pedagógico. Essa parceria procurará otimizar os recursos humanos e materiais das escolas e da sociedade, incluindo aí os recursos culturais extraescolares, para permitir aos alunos e professores realizar atividades que façam do ensino médio etapa efetivamente conclusiva da educação básica. Esse projeto de reformulação do ensino deve igualmente apontar alternativas, rumos, etapas e recursos educacionais, identificar necessidades e problemas para a implementação das novas práticas, promover formação e atualização docente, assessorar a gestão escolar e articular a escola com sua comunidade de forma a permitir o conjunto de atividades dos alunos que se revelem necessárias ao desenvolvimento das suas competências e qualidades humanas. Uma articulação inter ou transdisciplinar está prevista, no sentido de uma reconcepção que revalorize e contextualize o aprendizado, subsidiando atividades coletivas e individuais dos alunos, na escola e fora desta. A gestão escolar deve ser revista, não só em sua aceção estritamente administrativa, mas, sobretudo, em sua dimensão pedagógica.

250

Avaliação de processos participativos em programas de educação ambiental: subsídios para o delineamento de políticas públicas

Eda Terezinha de Oliveira Tassara
Instituto de Psicologia
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/15507-1
Vigência: 1/11/1999 a 30/6/2003

Durante o ano de 1997, o Programa de Educação Ambiental do Procav II, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo (SVMA), executado pelo consórcio Cógito-Ecoar, atuou junto a moradores e escolas em regiões da zona leste e norte de São Paulo. Simultaneamente, a SVMA, por meio do Projeto Billings, em parceria com entidades locais, sociedade civil e Faculdade de Educação da USP, desenvolveu uma experiência de educação ambiental em 17 escolas públicas do distrito da Pedreira (zona sul de São Paulo). Esses projetos, mediante métodos e técnicas participativas, procuraram estimular a ação cidadã e o aprendizado individual e coletivo voltado para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Como desdobramento desses trabalhos, constituiu-se um grupo de estudos, com integrantes da SVMA e universidade, com o objetivo inicial de refletir sobre a questão da participação social em programas de educação ambiental e construir instrumentos de pesquisa que possibilitem uma avaliação sistemática dos impactos de programas e dos processos participativos que eles procuram estimular. O grupo entende a participação da so-

cidade como um fator essencial para o êxito na resolução de problemas socioambientais. Nesse sentido, colocam-se algumas questões para serem refletidas: quais são os valores, interesses e atitudes que estimulam a participação; como compreender o processo de participação e as ferramentas necessárias para facilitá-la; como avaliar o processo e os resultados dessa participação? Questões como essas motivaram a elaboração deste pré-projeto, pois pouco se tem sistematizado sobre avaliação de programas desenvolvidos pelo setor público, nas áreas de educação ambiental e participação social, resultando na deficiência de parâmetros para o planejamento e implementação de políticas públicas na área.

251

Desenvolvimento de um sistema de suporte à elaboração de plano diretor agrícola municipal (PDAM)

Nelson Batista Martin
Instituto de Economia Agrícola
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
do Estado de São Paulo (SAASP)
Processo 1998/14285-5
Vigência: 1/11/1999 a 31/8/2002

Os municípios brasileiros, a partir de 1988, vêm assumindo novas funções no desenvolvimento da agricultura em nível local, o que fez com que muitos deles criassem estrutura institucional específica para esse setor econômico-social do município, visando organizar ações junto aos agricultores. Uma dificuldade enfrentada é a falta de informações detalhadas que permitam o diagnóstico da situação atual da agricultura municipal, como base para a avaliação do setor e também para o planejamento, execução e acompanhamento das ações programadas para essa atividade. Com o objetivo de atender a essa necessidade dos municípios, propõe-se o desenvolvimento de um sistema informatizado que permita estruturar, organizar e analisar o setor agrícola municipal, e que, simultaneamente, apóie as atividades programadas e permita uma atualização contínua das informações ao longo do tempo. A equipe do projeto participou, em diferentes momentos, de projetos de desenvolvimento rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, tais como o Programa de Microbacias Hidrográficas, e também na proposta para financiamento do Banco Mundial, visando acelerar tal programa estadual. Para esse programa elaborou-se um sistema de informatização e a metodologia para levantamento de dados ao nível das propriedades rurais para avaliar a situação atual e definir as alternativas tecnológicas e de manejo para o desenvolvimento agrícola da microbacia. O projeto objetivará, em uma primeira fase, a elaboração do sistema, o seu teste no município de Piraju, envolvendo um levantamento em